

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/36933	49081/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROPOSTA DE DECISÃO PRELIMINAR

Processo: 48108/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Segurança e salubridade das edificações

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Segurança e salubridade das edificações

Local da obra: Rua do Montinho - Cunha, Braga Portugal

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/36847 de 13 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Atento o informado, propõe-se a notificação do proprietário do imóvel em apreço, nos termos e para os seguintes efeitos:

"De acordo com o artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, a Câmara Municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança, de salubridade e ao arranjo estético, bem como ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, sendo o proprietário, perante o Município, o único responsável pela realização das mesmas.

No âmbito de uma visita ao local, realizada por técnicos deste Município, constatou-se a existência de um talude no prédio sua propriedade, com indícios evidentes de processos erosivos e instabilidade superficial. cfr. anexo I

Assim, com vista a serem repostas as condições de segurança no local, nos termos do artigo 89.º do RJUE, na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar a execução de medidas corretivas de caráter permanente, nomeadamente trabalhos de estabilização e consolidação do talude em toda a sua extensão, pelo que dispõe do prazo de 10 dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção, conforme os artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual

Findo o prazo, sem que V. Exa se pronuncie, presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, convertendo-se automaticamente em decisão final, dispondo, a partir daí, do prazo de 15 (quinze) dias úteis para executar as obras/trabalhos em causa, sob pena de execução coerciva por parte do Município, a expensas de V. Exª.



Mais se informa que, deverá, previamente, promover todas as diligências e formalidades legais, nos termos do RJUE, na sua redação atual e do CRMB.

Caso preveja ocupação da via publica deverá solicitar a respetiva licença.

Alerta-se V. Ex^a para a responsabilidade civil e criminal que lhe possa advir, caso ocorra qualquer dano para pessoas e bens, resultantes da situação em causa.”

Atendendo que a matéria de segurança e salubridade das edificações é competência própria da Câmara Municipal, propõe-se seja o assunto submetido a deliberação do competente órgão executivo.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

